

A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REGIÃO NORTE: UM OLHAR PARA OS CURSOS DE PEDAGOGIA^{1,2}

SPECIAL EDUCATION FORMATION IN THE NORTH REGION: A LOOK AT PEDAGOGY COURSES

Ivanilde Apoluceno de OLIVEIRA³

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a formação em Educação Especial na região Norte do Brasil. Consiste em um estudo documental, envolvendo o levantamento e a análise de 15 Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia de universidades públicas da região Norte, que formam o pedagogo para atuar na docência em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste estudo, as questões de investigação são: Como a Educação Especial é mencionada em termos das diretrizes e dos objetivos do curso? Como a Educação Especial aparece no currículo do curso? O que o ementário das disciplinas aponta sobre a formação da Educação Especial no curso de Pedagogia? Nos referidos projetos, foram levantados os objetivos, o currículo e o ementário, buscando-se identificar como e onde a Educação Especial estava mencionada. Entre os resultados, destaca-se que o desenho curricular é reduzido a um número mínimo de disciplinas que discute temas sobre a Educação Especial.

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial. Educação Especial. Região Norte. Curso de Pedagogia.

ABSTRACT: The objective of this paper is to analyze the formation in Special Education in the North Region of Brazil. It consists of a documentary study, involving the survey and analysis of 15 Pedagogical Projects of Pedagogy courses from public universities in the North region of the country, which train the pedagogue to act in the teaching of Early Childhood Education and in the early grades of Elementary School. In this study, the research questions are: How is Special Education mentioned in terms of the guidelines and objectives of the course? How does Special Education appear in the course curriculum? What does the syllabus of the disciplines point out about the formation of Special Education in the Pedagogy course? In these aforementioned projects, the objectives, the curriculum and syllabus were raised, seeking to identify how and where Special Education was mentioned. Among the results, it stands out that the curricular design is reduced to a minimum number of disciplines that discuss topics on Special Education.

KEYWORDS: Initial formation. Special Education. North region. Pedagogy course.

1 INTRODUÇÃO

Os cursos de Pedagogia, até 2006, eram organizados curricularmente por habilitações: Supervisão, Administração e Orientação Educacional. A Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno (CNE/CP), extinguiu as habilitações, substituindo por projetos pedagógicos de estrutura generalista. No campo da Educação

¹ <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0105>

² Este artigo apresenta dados parciais do trabalho encomendado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 2023, denominado “Os desafios da Formação inicial e da Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Especial na região Amazônica”, de minha autoria.

³ Docente e pesquisadora. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Coordenadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire. Universidade do Estado do Pará (UEPA). Bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pós-doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Doutora em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Universidad Autónoma Metropolitana (UAM), Iztapalapa, México. Belém/Pará/Brasil. E-mail: nildeapoluceno@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3458-584X>

Especial, a formação era ofertada no curso de Pedagogia, por meio de uma Habilitação em uma específica deficiência: auditiva, mental, visual ou física (Mazzota, 1992).

Os cursos de Pedagogia em termos da Educação Especial receberam severas críticas, que destacavam, principalmente, o caráter terapêutico e o tecnicismo na educação. Este, conforme Oliveira (2006), tem por base os pressupostos positivista, funcionalista e a psicologia behaviorista; centra-se nos métodos e nas técnicas de ensino e nos aspectos objetivos e operacionais do trabalho pedagógico, secundarizando os fatores subjetivos do processo educativo, com o fim de obter eficiência técnica e produtividade no ensino. O objetivo é preparar de forma competente indivíduos para o mercado de trabalho na sociedade capitalista, por meio da especialização técnica.

A proposta generalista, diferente do tecnicismo, visa integrar dialeticamente os aspectos subjetivos e objetivos do processo educativo, a teoria e a prática pautada na concepção da pedagogia como práxis (reflexão-ação). Sob essa perspectiva, firmaram a compreensão de que a Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social (Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005).

Entretanto, a tendência de formação generalista, apresentada nos cursos de Pedagogia, tem se constituído, na prática, em uma estrutura curricular fragmentada, pelo fato de as disciplinas estarem distribuídas de forma representativa por cada campo de atuação do pedagogo. Cada setor de atuação do pedagogo é contemplado por meio da inclusão de uma ou duas disciplinas no currículo: gestão, planejamento, avaliação, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) etc. Existe, então, uma variedade de disciplinas, contemplando atividades educacionais, os níveis de ensino e as modalidades de educação. O que se observa, nesse currículo generalista, é que não se discute os fins da educação. A preocupação é com a seleção das disciplinas consideradas significativas para formar o professor para atuar nas diversas áreas profissionais da Pedagogia, com um olhar pragmático e disciplinar para o currículo, sendo secundarizadas disciplinas de fundamentos como a Filosofia e a Sociologia, e sendo valorizadas as disciplinas práticas. Entretanto, ao serem retiradas do currículo as disciplinas de fundamentação geral da formação do pedagogo, indica-se uma não valorização da formação crítica e política do/a educador/a.

No campo da Educação Especial, a mudança curricular generalista seria para superar o enfoque terapêutico e tecnicista e a redução da formação a uma única área específica de deficiência, buscando-se articular a formação geral e a específica; integrar dialeticamente a teoria e a prática, pautada na concepção da Pedagogia como práxis, e viabilizar a inclusão escolar. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 59, estabelece a seguinte formação de professores: “com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados”, visando a integração dos educandos que fazem parte do público da Educação Especial nas classes comuns. Assim, os cursos de Pedagogia, as Licenciaturas e as graduações passaram a ser formadores da Educação Especial, sendo recomendada a inclusão de disciplinas de Educação Especial em seus currículos.

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial em nível superior, estabelece, no art. 13, inciso 4, § 2º, que:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteú-

dos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

No contexto atual, como se caracteriza a formação inicial em Educação Especial, na perspectiva generalista, nos cursos de Pedagogia? Esses cursos estão viabilizando uma formação para a inclusão? Neste estudo, as questões de investigação são: Como a Educação Especial é mencionada em termos das diretrizes e dos objetivos do curso? Como a Educação Especial aparece no currículo do curso? O que o ementário das disciplinas aponta sobre a formação da Educação Especial no curso de Pedagogia?

O objetivo é analisar a formação em Educação Especial na região Norte do Brasil, por meio de um estudo documental, envolvendo o levantamento e a análise de 15 Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Pedagogia de universidades públicas da região Norte, que formam o pedagogo para atuar na docência em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os 15 cursos de Pedagogia de universidades públicas da região Norte são dez de universidades federais, a saber: Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal de Tocantins (UFT); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); e Universidade Federal de Roraima (UFRR). E, as cinco universidades estaduais são: Universidade do Estado do Pará (UEPA); Universidade do Estado de Roraima (UERR); Universidade do Estado do Amapá (UEAP); Universidade do Estado de Tocantins (UNITINS); e Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Essas universidades estão distribuídas nos seguintes estados: Acre (UFAC), Rondônia (UNIR), Amapá (UNIFAP), Roraima (UFRR e UERR), Amazonas (UFAM e UEA), Pará (UFPA, UFOPA, UFRA, UNIFESSPA e UEPA) e Tocantins (UFT e UNITINS). Nos referidos projetos, foram levantados os objetivos, o currículo e o ementário, buscando-se identificar como e onde a Educação Especial estava mencionada.

O artigo está estruturado em quatro seções: a introdução, com a apresentação das questões e dos objetivos do estudo; a metodologia, sendo explicada o tipo de investigação e os procedimentos metodológicos; a formação em Educação Especial na região Norte, contendo como a Educação Especial consta nas diretrizes, nos objetivos, nos princípios, no perfil profissional, nas competências, nas habilidades e na missão dos cursos, bem como no currículo, sendo destacadas as disciplinas que tratam de forma específica a Educação Especial. Por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi a do tipo bibliográfica e documental. Rodrigues e França (2010) explicam que a pesquisa bibliográfica “se utiliza fundamentalmente das contribuições

dos diversos autores sobre determinado assunto” (p. 55), enquanto a pesquisa documental “se faz com documento” (p. 55). As autoras destacam que os documentos não são restritos a documentos escritos ou manuscritos, assumindo hoje as mais variadas formas e podem ser encontrados “em livros, revistas, correspondências, diários, noticiários de rádio, televisão, filmes, *internet*, produções iconográficas, testemunhos orais, entre tantas outras” (p. 56).

Os documentos analisados neste estudo são os PPCs de Pedagogia levantados nos *sites* das universidades pesquisadas. O critério de escolha dos cursos foi pertencerem a universidades públicas federais e estaduais da região Norte. Dessa forma, não foram incluídas as Instituições de Ensino Superior privadas e os Institutos Federais.

Nos referidos projetos, foram levantados os objetivos (geral e específicos), o currículo e o ementário, buscando-se identificar, além desses três componentes do Plano, como e onde a Educação Especial estava mencionada. Por isso, foi identificado que, em alguns planos, a Educação Especial aparece nos princípios, nas competências e nas habilidades e na política de acessibilidade da própria universidade. Buscou-se, também, identificar nos currículos dos cursos de Pedagogia, as disciplinas, as bases teórico-metodológicas e os principais temas/as questões levantados/as em seu ementário sobre a Educação Especial.

A sistematização e a análise dos dados foram efetivadas por meio de categorizações temáticas, com o uso de quadros e gráficos. A categorização, segundo Szymanski et al. (2004), “concretiza a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão”, configurando-se como “momento de ‘explicitação de significados’” (p. 75). Nesse processo de categorizações, as categorias temáticas foram organizadas a partir de temas que aglutinam determinadas informações (Oliveira & Mota Neto, 2011).

3 A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REGIÃO NORTE

Na região Norte, todos os cursos de Pedagogia analisados formam o pedagogo para atuar na docência em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, incluindo a formação nas áreas estabelecidas na Resolução nº 2/2015. Assim sendo, na sequência, aborda-se, a Educação Especial nas diretrizes e nos objetivos dos cursos de Pedagogia; a Educação Especial nos currículos dos cursos de Pedagogia da região Norte; por fim, o conteúdo das disciplinas específicas da Educação Especial.

3.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS DIRETRIZES E NOS OBJETIVOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA

A maioria dos PPCs não menciona a Educação Especial nos objetivos, como parte constituinte de sua formação; poucos são os projetos que se referem à Educação Especial em suas diretrizes e em seus princípios. Em alguns projetos, ela é destacada no perfil profissional e entre as competências e habilidades. Contudo, há projetos em que a Educação Especial não está mencionada nem nos objetivos nem nas diretrizes, constando apenas no desenho curricular. Dos 15 cursos de Pedagogia pesquisados 12 fizeram referência à Educação Especial em princípios, perfil do profissional, habilidades e competências, entre outros, e só um fez menção por meio do objetivo específico.

Os **princípios**, conforme mostra a Tabela 1, referem-se: (1) à Educação Inclusiva como forma de rompimento de preconceitos e barreiras atitudinais; (2) à necessidade de conhecimento e atitude de acolhimento e ao compromisso com a inclusão social e educacional dos sujeitos historicamente excluídos; (3) ao reconhecimento e ao respeito à diversidade e às diferenças como forma de promover a inclusão, a democratização e a equidade social; (4) à busca pela igualdade de condições para o acesso, a inclusão, a permanência e o sucesso na escola.

Tabela 1

A Educação Especial nos princípios dos cursos de Pedagogia

Instituição	Princípios
UNIFAP	Educação Inclusiva como forma de rompimento de preconceitos e barreiras atitudinais (UNIFAP, 2009).
UEAP	Conhecimento e atitude de acolhimento à diversidade e à inclusão escolar no espaço dos anos iniciais (UEAP, 2009).
UFPA	Compromisso com a inclusão social e educacional dos sujeitos historicamente excluídos (UFPA, 2010). Reconhecimento da pluralidade e das diferenças como constitutivas das relações acadêmicas, políticas e sociais (UFPA, 2010).
UEPA	Respeito à Diversidade e às Diferenças: O respeito à diversidade e às diferenças é a forma de promover a inclusão e construir as bases de uma sociedade justa, solidária, afetiva, igualitária e democrática. Reconhecer e respeitar a pluralidade e singularidades de grupos sociais está relacionado com a complexidade da educação em direitos humanos que considera a coletividade em sua materialidade, combate à intolerância, à segregação e à discriminação, promove ações de equidade, reconhecimento e inclusão (UEPA, 2022). Na educação, o reconhecimento das diferenças e da diversidade, conduz à busca da igualdade em todas as esferas, implica uma formação que se oponha à toda forma de preconceito no ambiente educacional, compreende que singularidades compõem processos humanizados de troca de conhecimentos e aprendizagens (UEPA, 2022). A diversidade e as diferenças são fato em qualquer sociedade, por isso o reconhecimento delas em nossa sociedade e no contexto educacional é uma discussão tão importante. Uma sociedade não pode ignorar e até mesmo excluir determinados segmentos sociais, pois o respeito ao(a) outro(a) faz parte do processo dialógico, da essência democrática que se defende para a educação (UEPA, 2022).
UFT	Igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola (UFT, 2022).

Nota. Adaptado pela autora dos PPCs de Pedagogia, 2023.

Em termos de missão e objetivos específicos (Tabela 2), há um direcionamento para a política de inclusão, valorizando-se a diversidade bem como a formação de cidadãos comprometidos com a Amazônia, por meio de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Tabela 2*A Educação Especial na missão e nos objetivos dos cursos de Pedagogia*

Instituição	Missão e objetivos específicos
UFOPA	Proporcionar o entendimento das políticas de inclusão no contexto institucional educativo, promovendo a valorização da diversidade (UFOPA, 2021).
UFT	Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade (UFT, 2022).

Nota. Adaptado pela autora dos PPCs de Pedagogia, 2023.

Em relação ao perfil profissional (Tabela 3), espera-se que o pedagogo esteja apto para favorecer a inclusão escolar de diferentes segmentos sociais: indígenas, negros, pessoas com deficiência, entre outras, por meio de uma postura política e pedagógica afirmativa, com o desenvolvimento de uma consciência da diversidade respeitando as diferenças e estando capaz para atuar na Educação Especial nos níveis e nas modalidades de ensino bem como na gestão. Ter postura investigativa, integrativa e propositiva, com vistas a contribuir para superação das diversas exclusões sociais, entre as quais as de pessoas com deficiência.

Tabela 3*A Educação Especial no perfil profissional dos cursos de Pedagogia*

Instituição	Perfil profissional
UFAM	Desenvolver consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientações sexuais, entre outras (UFAM, 2018). Visa à constituição de estruturas orientadas para que o(a) pedagogo(a) esteja apto a: favorecer a inclusão social dos sujeitos indígenas, negros, com necessidades especiais, adolescentes, jovens e adultos, por intermédio de uma postura política e pedagógica afirmativa, pautada na constituição de processos identitários, de valorização dos saberes, modos de vida e condições de desenvolvimento e socialização (UFAM, 2018).
UFOPA	Apto para atuar como docente da Educação Infantil ou dos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental; na gestão pedagógica, em ações educativas em instituições não escolares; na Educação Especial, assim como em outras modalidades educacionais (UFOPA, 2021). Demonstre consciência da diversidade, respeitando as diferenças, e identifique problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, visando contribuir para a superação de exclusões e preconceitos de ordem social, etnoracial, cultural, religiosa, linguística e de pessoas com deficiência (UFOPA, 2021).
UFRA	Educar para a promoção da inclusão social de diferentes grupos e sujeitos, demonstrando consciência da diversidade e respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (UFRA, 2019). Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (UFRA, 2019).
UEPA	Formação de alunos(as) com necessidades especiais em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurarem seus direitos de cidadania (UEPA, 2022).

UNIR	Destina-se à formação de profissionais cujo perfil permita aprimorar a reflexão e a pesquisa sobre a educação, o ensino e a aprendizagem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como à preparação de pesquisadores, planejadores, com habilidades para o desenvolvimento de atividades correlacionadas à avaliação, gestão de sistemas educacionais e escolares, coordenadores pedagógicos ou de ensino, profissionais para atividades educacionais em espaços escolares e não-escolares, bem como atividades destinadas à educação do campo, Educação Indígena, Educadores de Jovens e Adultos e Educação Especial (UNIR, 2012).
UFRR	Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas de gestão, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (UFRR, 2009).

Nota. Adaptado pela autora dos PPCs de Pedagogia, 2023.

No que se refere às competências e às habilidades (Tabela 4), os/as educandos/as devem: ter habilidade para atuar na educação de forma inclusiva, visando garantir os direitos sociais; ter consciência da diversidade e respeitar as diferenças culturais e individuais, desenvolver práticas colaborativas e ser credenciados/as para atuar na Educação Especial, na EJA, Educação Indígena e do Campo, Educação Ambiental e outras áreas emergentes do campo educacional. No campo da Educação Especial, os/as educandos/as devem ter capacidade para atuar com pessoas com deficiência em diferentes níveis da organização escolar.

Tabela 4

A Educação Especial nas competências e habilidades dos cursos de Pedagogia

Instituição	Competências e habilidades
UNIFAP	Habilidade para atuar na educação de forma inclusiva, de modo a buscar garantir os direitos sociais (UNIFAP, 2009).
UEAP	Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientação sexual, entre outras (UEAP, 2009).
UFPA	Trabalhar em grupos e desenvolver práticas colaborativas, respeitando a diversidade e as diferenças (UFPA, 2010).
UFOPA	Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientação sexual, entre outras (UFOPA, 2021). Credenciá-lo ao exercício profissional em áreas específicas de atuação, tais como: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena e do Campo, Educação Ambiental e outras áreas emergentes do campo educacional (UFOPA, 2021). Capacidade para atuar com portadores de necessidades especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania (UFOPA, 2021).
UNIFESSPA	Competências em promover o ensino inclusivo de modo a respeitar as necessidades de pessoas com deficiências, favorecendo o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento intelectual (UNIFESSPA, 2018). Habilidade em demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (UNIFESSPA, 2018).
UNIR	Competência em atuar com pessoas com deficiência/necessidades educacionais especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania (UNIR, 2012).
UERR	Capacidade para atuar com pessoas com necessidades especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania (UERR, 2021).

Nota. Adaptado pela autora dos PPCs de Pedagogia, 2023.

Na proposta pedagógica da UFAM (Tabela 5), há referência aos/às educandos/as participarem de grupos de pesquisas e desenvolvimento de práticas pedagógicas alternativas direcionadas para a inclusão e a escolarização do público da Educação Especial e outros segmentos sociais excluídos.

Tabela 5

A Educação Especial na proposta pedagógica do Curso da UFAM

Instituição	Proposta pedagógica
UFAM	Participar de grupos de pesquisa e desenvolvimento de alternativas pedagógicas, didáticas e tecnológicas, voltados para a inclusão e escolarização de sujeitos com necessidades educativas especiais, especificidade étnica e com rupturas na escolarização regular (UFAM, 2018). Atuar na promoção do desenvolvimento de propostas e mediações pedagógicas voltadas para a formação/escolarização dos sujeitos com necessidades educativas especiais e/ou especificidade étnica (UFAM, 2018).

Nota. Adaptado pela autora do PPC de Pedagogia da UFAM, 2023.

Apesar de os objetivos, os princípios, as competências e as habilidades estarem voltados para a inclusão de pessoas pertencentes à Educação Especial e de outros segmentos sociais excluídos socialmente, por questões étnico-raciais, de gênero, entre outros, observa-se que, na maioria dos PPCs analisados, os princípios e as diretrizes que deveriam fundamentar os currículos não estão expressos na organização e na descrição do desenho curricular. Poucos são os currículos em que a Educação Especial aparece em ementas que não as específicas dessa modalidade de ensino, bem como poucos são os que apontam a transversalidade entre as disciplinas componentes do currículo. Esse é um fator preocupante, porque a Educação Especial, que deveria atravessar as disciplinas componentes do currículo, ficou restrita a duas disciplinas, uma de fundamentos sobre a Educação Especial e outra sobre Libras.

3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA REGIÃO NORTE

A maioria dos currículos dos cursos de Pedagogia pesquisados está estruturado em três núcleos: Núcleo de Estudos Básicos; Núcleo de Aprofundamento de Diversificação de Estudos; e Núcleo de Estudos Integradores, por meio dos quais as disciplinas são organizadas. A distribuição das disciplinas de Educação Especial obrigatórias, por curso, está contida na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6

Disciplinas de Educação Especial obrigatórias no currículo dos cursos de Pedagogia

Instituição	Disciplinas de Educação Especial obrigatórias
UFAC	Fundamentos da Educação Inclusiva Libras Atendimento Educacional a crianças hospitalizadas (UFAC, 2009)

Instituição	Disciplinas de Educação Especial obrigatórias
UNIFAP	Educação Inclusiva para a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) Libras (UNIFAP, 2009)
UEAP	Educação Inclusiva Fundamentos Teórico-metodológicos da Libras Fundamentos Teórico-metodológicos do Sistema de Leitura de Braille (UEAP, 2009)
UFAM	Educação Inclusiva na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental Libras (UFAM, 2018)
UEA	Educação Especial Libras (UEA, 2021)
UFPA	Educação Inclusiva Libras (UFPA, 2010)
UFOPA	Fundamentos da Educação Especial Libras (UFOPA, 2021)
UFRA	Educação Especial e Inclusiva Libras Educação, Diversidade e Direitos humanos (UFRA, 2019)
UNIFESSPA	Fundamentos da Educação Especial Libras (UNIFESSPA, 2018)
UEPA	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial Libras Linguagens Especiais e Comunicação Humana (UEPA, 2022)
UNIR	Educação Especial Libras (UNIR, 2012)
UFT	Educação Especial Libras (UFT, 2022)
UNITINS	Fundamentos e metodologias da Educação Especial Políticas de inclusão e dificuldades de aprendizagem Libras (UNITINS, 2021)
UFRR	Fundamentos da Educação Especial Introdução à Libras (UFRR, 2009)
UERR	Fundamentos da Educação Especial Introdução à Libras (UERR, 2021)

Nota. Adaptado pela autora dos PPCs de Pedagogia, 2023.

A maioria dos cursos possui apenas duas disciplinas obrigatórias específicas da área da Educação Especial: UNIFAP, UEA, UFPA, UFOPA, UNIFESSPA, UNIR, UFT, UFRR e UERR. Os cursos que apresentam três disciplinas são: UFAC, UEAP, UFAM, UFRA, UEPA e UNITINS (Quadro 6). A disciplina de fundamento teórico predominante é a de Fundamentos da Educação Especial ou Educação Inclusiva, e a Libras está presente em todos os cursos de Pedagogia analisados, em função da obrigatoriedade de ser inserida nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, estabelecida no art. 3º do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Observou-se que os currículos, com cerca de 39 a 65 componentes curriculares, possuem, em sua maioria, duas disciplinas, sendo uma de fun-

damento teórico e a outra de Libras, correspondendo um percentual de 5,1%, se considerar-se o número de menor componente curricular.

A Tabela 7, a seguir, apresenta as disciplinas eletivas de Educação Especial/Inclusão como tema transversal.

Tabela 7

Disciplinas eletivas de Educação Especial/Inclusão como tema transversal e outras disciplinas do currículo dos cursos de Pedagogia

Instituição	Disciplinas eletivas/inclusão tema transversal/ outras disciplinas
UFAM	Planejamento, Currículo e Ações Pedagógicas Inclusivas (UFAM, 2018)
UFOPA	Educação Especial: sujeitos e culturas Educação bilíngue para surdos Estágio supervisionado para a Educação Especial Outras disciplinas (UFOPA, 2021)
UFRA	Outras disciplinas (UFRA, 2019)
UNIFESSPA	Inclusão Escolar e o Ensino Colaborativo Tecnologias assistivas e inclusão escolar Vivências em Educação Especial na perspectiva inclusiva Psicologia e Autismo Faz referência à disciplina estágio e à transversalidade da Educação Inclusiva (UNIFESSPA, 2018)
UEPA	Braille Fonoaudiologia e Educação Tecnologia Assistiva Faz referência à transversalidade da Educação Inclusiva Outras disciplinas (UEPA, 2022)
UFT	Faz referência à Educação Inclusiva como tema universal (UFT, 2022)

Nota. Adaptado pela autora dos PPCs de Pedagogia, 2023.

Os cursos que além das disciplinas obrigatórias específicas apresentam eletivas vinculadas à Educação Especial são: UFAM, UFOPA, UNIFESSPA e UEPA. E os cursos que fazem referência à Educação Especial em outras disciplinas são: UEPA, UFOPA, UNITINS e UFRA. Apenas três cursos fazem menção à Educação Inclusiva como tema transversal: UEPA, UNIFESSPA e UFT. Em relação ao estágio supervisionado, um curso faz referência à Educação Especial, a UNIFESSPA, e outro apresenta disciplina optativa de estágio supervisionado para a Educação Especial, a UFOPA.

O fato de encontrar-se no mínimo duas disciplinas do campo da Educação Especial e no máximo três obrigatórias e três eletivas e poucas outras disciplinas com referência a essa modalidade de ensino, inclusive com apenas duas fazendo referência ao estágio supervisionado direcionado à Educação Especial, evidencia:

- a) Existir uma lacuna entre os princípios, o perfil do profissional e as competências e as habilidades referidas sobre a formação em Educação Especial e o desenho curricular, reduzido

- a um número mínimo de disciplinas que discute temas sobre a Educação Especial. O que se espera formar as disciplinas específicas ofertadas não se consegue atender.
- b) A Educação Inclusiva, apesar de mencionada em alguns projetos políticos pedagógicos, não atravessa transversalmente o currículo do curso, por não estar presente nas demais disciplinas. Não se discute a inclusão nas disciplinas que não são específicas.
 - c) Não há indícios, na maioria dos currículos, se há estágio supervisionado na Educação Especial, nem como esse estágio está sendo realizado. Qual o impacto dessa situação na formação em Educação Especial?
 - d) Os currículos também apontam para a não intersecção entre os níveis, as modalidades de ensino, nem em temas como a diversidade cultural que envolve questões de gênero, etnia, idade, capacidades etc., não se fazendo as necessárias intersecções e interfaces entre a Educação Especial e a EJA, a Educação Indígena, a Educação do Campo, entre outras.
 - e) Os critérios de escolha das disciplinas específicas estão direcionados para uma de formação geral (Educação Especial) e as demais voltadas mais para a educação do surdo, predominando a Libras, para garantir a legislação. Esse fato evidencia um silenciamento na formação para atuar com a deficiência visual, deficiência intelectual, múltiplas deficiências, autismo, altas habilidades e superdotação.

Assim, a tendência de formação generalista apresentada nos cursos de Pedagogia tem se constituído na prática, em uma estrutura curricular fragmentada, pelo fato de as disciplinas estarem distribuídas de forma representativa por cada campo de atuação do pedagogo, sem serem estabelecidas articulações. Dessa forma, não há nos cursos nenhum eixo articulador entre as diversas disciplinas ofertadas. Mantém-se a dicotomia entre a política de Educação Inclusiva na Educação Especial e a política da diversidade de cultural na área da Educação Indígena, Quilombola e do Campo.

Nessa estrutura curricular, as disciplinas de fundamentos da educação são secundarizadas e reduzidas, priorizando-se as disciplinas práticas. Assim, a formação generalista deveria possibilitar ao aluno de Pedagogia uma visão mais ampla da educação, mas, ao ser adotada em uma perspectiva praticista, pulveriza o conhecimento, fragmenta o olhar e impede a reflexão crítica no processo formador.

Quais as consequências desse currículo para a formação de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva? Na formação inicial, o que significa apenas incluir disciplinas de Educação Especial? Quais disciplinas? De fundamentos? Metodologias? Quantas disciplinas são necessárias? Essas disciplinas englobam as diversas especificidades da Educação Especial? Como trabalhar essa formação sem a fragmentação disciplinar?

Considera-se que a Educação Especial não se apresente nos cursos de formação apenas como mais uma “disciplina curricular” imposta por uma exigência legal, mas que, de fato, o objetivo de uma Educação Inclusiva seja “diretriz” dos cursos de formação de professores, o que pressupõe nos PPCs a ruptura com o modelo tradicional presente ainda na estrutura curricular de alguns cursos de Ensino Superior.

A Educação Inclusiva precisa atravessar transversalmente as disciplinas teóricas, metodológicas e práticas dos cursos de Pedagogia e trabalhar, de fato, uma educação que seja crítica e compromissada com a inclusão social, articulando a teoria e a prática. O trânsito entre os saberes, em diversos campos de conhecimento e envolvendo questões específicas da Educação Especial, pressupõe em se repensar e reconstruir os currículos vigentes das escolas, superando a concepção de currículo reduzida ao conteúdo programático, para uma visão mais ampla, política e dinâmica de currículo.

O currículo, na visão freireana, envolve “a política, a teoria e a prática do que fazer na educação, no espaço escolar, e nas ações que acontecem fora desse espaço, numa perspectiva crítico-transformadora” (Saul, 2010, p. 109). Isso significa que o currículo incorpora a vida cotidiana da escola e não apenas os conteúdos escolares. “Abarca a vida mesma da escola, o que nela se faz ou não se faz, as relações entre todos e todas as que fazem a escola. Abarca a força da ideologia e sua representação não só enquanto ideias, mas como prática concreta” (Freire, 1995, p. 123).

3.3 O CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O que as ementas revelam sobre a formação em Educação Especial? Quais conteúdos são trabalhados nas disciplinas específicas?

O foco desta análise é para as disciplinas Fundamentos da Educação Especial ou Educação Especial e outras disciplinas obrigatórias e eletivas específicas, considerando que a disciplina Libras é direcionada para o debate sobre a Língua Brasileira de Sinais na educação de surdos, cujas ementas, de modo geral, se referem a noções básicas de comunicação em Libras, legislação e aspectos linguísticos e pedagógicos da educação de surdo, entre os quais o ouvintismo e o bilinguismo.

As disciplinas de Educação Especial ou Fundamentos da Educação Especial estão presentes na maioria dos cursos de Pedagogia, com exceção do curso da UFT. De modo geral, essas disciplinas abordam os fundamentos teóricos: históricos, filosóficos, psicológicos, sociológicos, políticos e legais da Educação Especial e didáticas e práticas de atendimentos às diversas categorias de deficiência. Nem todas se referem a todas as categorias do público da Educação Especial.

Observou-se, também, que poucas ementas tratam de: conceitos, relação família e comunidade, Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionalização da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho, formação de professores, gestão, tecnologias assistivas, adaptação curricular, teorias ou paradigmas educacionais, deficiência e cidadania, questões éticas, avaliação, representações sociais, inclusão nos diversos segmentos sociais: esporte, turismo, lazer, artes, cultura e religião e transtornos de desenvolvimento, dificuldades e distúrbios de aprendizagem – dislexia, dislalia, disgrafia, discalculia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

Essas temáticas, portanto, não são trabalhadas na maioria dos cursos e nem todas as categorias de deficiência estão referidas nas ementas. Isso é um complicador em termos de formação, porque são temáticas silenciadas. Além disso, em relação às práticas educacionais,

a maioria não detalha a que categorias de deficiências se referem. Acrescenta-se o fato de que alguns temas são invisibilizados, entre os quais as interfaces entre Educação Especial, a EJA, a Educação Indígena e a questão de gênero, sexualidade, étnico-racial, geracional, a Educação Superior, a Educação do Campo, entre outras.

No estudo, identificou-se que somente oito cursos de Pedagogia ofertam outras disciplinas específicas obrigatórias ou eletivas: UNIFESSPA (5), UEPA (4), UEAP (3), UFOPA (3), UFAC (1), UFAM (1), UFT (1) e UNITINS (1). Destas, a UNIFESSPA e a UEPA são as instituições que ofertam mais disciplinas específicas da Educação Especial. É importante destacar que o curso de Pedagogia da UEPA tem uma tradição na formação em Educação Especial, tendo ofertada habilitação em Educação Especial – Deficiência Mental, antes das reformulações curriculares para currículo generalista.

As disciplinas específicas ofertadas visam complementar conteúdos que as disciplinas Educação Especial ou Fundamentos da Educação Especial não conseguem tratar. Além disso, há tendência para aprofundamento de determinadas categorias de deficiências, como a surdez e a cegueira. As disciplinas de estágio, vivências, práticas e Núcleos de Estudos estão direcionadas para aprendizagens nas práticas cotidianas em diferentes contextos, a questão é saber se suprem a ausência nas disciplinas de estágios de referência à Educação Especial.

A existência da referência da Educação Especial/Educação Inclusiva em outras ementas encontradas em alguns cursos significa a intencionalidade dos cursos em atravessar a Educação Especial nas disciplinas do desenho curricular do curso. No entanto, esse cruzamento se dá ainda de forma incipiente, em pouquíssimas disciplinas.

Encontra-se a Educação Especial em disciplinas de fundamentos: “Política e legislação educacional Brasileira”, a qual discute o projeto de inclusão educacional e suas interfaces com as minorias sociais (UNIFAP); “Educação, Diversidade e Direitos Humanos”, que trata da introdução às teorias sobre a Educação Inclusiva, e “Fundamentos Psicológicos do desenvolvimento e aprendizagem de crianças e adolescentes”, a qual aborda transtornos de desenvolvimento, dificuldades e distúrbios de aprendizagem – dislexia, dislalia, disgrafia, discalculia, TDAH: necessidades especiais e intervenções educativas (UFRA); “Sociologia da Educação”, a qual discute as possibilidades de construção de práticas educacionais inclusivas e democráticas dos diferentes segmentos sociais, e “Políticas Públicas e Educação”, que trata de financiamento da educação, currículo e inclusão (UEPA).

A Educação Especial e a Educação Inclusiva também estão mencionadas em disciplinas específicas de determinadas áreas de conhecimento: “Tecnologias e Educação” ao refletir sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais com o auxílio das Tecnologias Assistivas (UFPA); “Movimento corporal, Recreação e Jogos”, ao debater a corporeidade no processo ensino-aprendizagem da Educação Inclusiva, “Tecnologias, Educação e Prática docente”, ao analisar a inclusão escolar de pessoas com deficiência a partir do uso das Tecnologias Assistivas, e “Informática na Educação”, ao tratar de tecnologia e Educação Inclusiva (UFRA); “Pedagogia Hospitalar”, ao referir-se ao direito à educação e Educação Inclusiva concernentes aos educandos hospitalizados (UEPA), e “Gestão Pedagógica e Administrativa na Educação Básica”, no trato da acessibilidade e qualidade de ensino (UNITINS).

Assim, destaca-se, nesses cursos de Pedagogia, a referência da Educação Especial por meio de outras disciplinas, no contexto hospitalar, no âmbito das tecnologias e na gestão escolar, o que evidência serem poucos os cursos que se preocupam com a formação na Educação Especial, sem apenas atender à legislação vigente. O fato de sete cursos (UNIFAP, UEA, UFPA, UFRA, UNIR, UFRR e UERR) não apresentarem outras disciplinas eletivas evidencia estar a Educação Especial entre as áreas de conhecimento atendidas, visando atender no mínimo a legislação vigente.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (PNEPEI), como afirma Mendes (2010), exige a formação de um profissional multifacetado capaz de atender a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis e em todas as modalidades de ensino, em todos os espaços (escolas especiais, classes de recursos, classes hospitalares e ensino domiciliar). Entretanto, como a Educação Especial se apresenta nos cursos de Pedagogia, centrada em apenas duas disciplinas, uma de fundamentação teórica sobre Educação Inclusiva e outra sobre Libras, não existindo em alguns cursos nem a existência de estágio, essa formação não atende, no mínimo, as atribuições do professor que atua no AEE. Além disso, é preciso considerar que os diferentes tipos de necessidades educacionais especiais envolvem uma complexidade e uma especificidade de estudos e de ações pedagógicas. Por isso, a formação precisa oportunizar conhecer todas as demandas educacionais do público da Educação Especial, para que possa atuar minimamente no AEE. Contudo, o que se observa nos cursos de Pedagogia é o destaque para algumas categorias de deficiências, como a educação de surdos, enquanto outras são omitidas ou secundarizadas.

A oferta das disciplinas específicas direcionadas para a formação geral (Fundamentos da Educação Especial) e a educação do surdo, predominando a Libras, para garantir a legislação, evidencia um silenciamento na formação específica para atuar com a deficiência visual, deficiência intelectual, múltiplas deficiências, autismo, altas habilidades e superdotação. Além disso, também, há necessidade de superar nas formações iniciais o pragmatismo, possibilitando um referencial teórico, que possibilite a reflexão crítica sobre a prática, pelo fato de ainda prevalecer nas formações uma valorização da prática em detrimento da teoria, excluindo a fundamentação filosófica, sociológica e psicológica e mantendo elementos da abordagem terapêutico-clínica. Oliveira e Santos (2011) explicam que

a formação para a inclusão precisa ser diferenciada, e se na política de formação de professores mantém-se uma formação acrítica, sem envolver os atores educacionais no processo de reflexão sobre a sua prática, centrada em conteúdos específicos e sem discutir os pressupostos da diversidade humana e da inclusão escolar, corremos o risco de mantermos práticas de exclusão, não atingindo os objetivos da formação para inclusão. (p. 193)

Dessa forma, é preciso colocar em debate: Que formação os professores precisam ter para a inclusão escolar? O que precisa mudar na formação dos cursos de Pedagogia? Considerando-se que esses cursos estão distantes de atender às demandas reais dos professores da Educação Especial (Martins, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos 15 cursos de Pedagogia da região Norte do Brasil evidencia, em termos de formação inicial, existir uma lacuna entre os princípios, o perfil do profissional e as competências e as habilidades referidas sobre a formação em Educação Especial e o desenho curricular, reduzido em um número mínimo de disciplinas que discute temas sobre a Educação Especial. Assim, o que se espera formar em termos de objetivos e as disciplinas específicas ofertadas não conseguem atender, pelo fato de que a Educação Inclusiva não atravessa transversalmente o currículo do curso e por não estar presente nas demais disciplinas. Com isso, não se discute a inclusão nas disciplinas que não são específicas.

Um dos pontos críticos identificado é que a maioria dos currículos não deixa claro se há estágio supervisionado na Educação Especial, nem como esse estágio está sendo realizado. Fato que aponta a necessidade de se investigar sobre o impacto dessa situação na formação em Educação Especial.

Os PPCs em seus currículos também não fazem intersecção entre os níveis e as modalidades de ensino, estabelecendo interfaces da Educação Especial com a EJA, a Educação Indígena, a Educação do Campo, entre outras. Interfaces que são fundamentais para a Educação Especial na região Norte, considerando a diversidade cultural existente na Amazônia.

Assim, o estudo aponta a necessidade de viabilizar a transversalidade da Educação Especial em todas as disciplinas e as diretrizes da inclusão como base dessa transversalidade, superando a restrição de oferta de disciplinas específicas a apenas duas disciplinas de Fundamentos da Educação Especial. A transversalidade da Educação Inclusiva precisa ser uma das orientações da política de formação dos cursos de Pedagogia.

A questão que se levanta para debate é: Transversalizar os cursos de Pedagogia com a Educação Especial Inclusiva e/ou oferecer licenciatura plena para a formação de professores da Educação Especial, como os da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)?

A política de formação de professores precisa deixar mais claras as diretrizes para a formação especializada e para a atuação na sala comum e rediscutir a proposta generalista tal como se apresenta hoje, fragmentada, acrítica, pragmática e sem articulação entre a teoria e a prática. Por fim, a pesquisa revela um campo aberto aos estudos na Educação Especial, sendo necessário que a política de formação da Educação Especial considere as assimetrias, as especificidades e as demandas regionais como a da região Norte.

REFERÊNCIAS

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.* Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- Freire, P. (1995). *A educação na cidade*. Cortez.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

- Martins, L. de A. R. (2011). A visão de licenciandos sobre a formação inicial com vistas à atuação com a diversidade de alunos. In K. R. M. Caiado, D. M. de Jesus, & C. R. Baptista (Org.), *Professores e educação especial: formação em foco* (1ª ed., pp. 51-64). Mediação.
- Mazzotta, M. (1992). Formação de educadores e pesquisadores em Educação Especial [Apresentação de artigo]. 15ª Reunião da ANPED, Caxambu, Minas Gerais, Brasil.
- Mendes, E. G. (2010). Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, 22, 93-110.
- Oliveira, I. A. de. (2006). *Filosofia da Educação: reflexões e debates*. Vozes.
- Oliveira, I. A. de, & Mota Neto, J. C. (2011). A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. In M. I. Marcondes, I. A. de Oliveira, & E. Teixeira (Orgs.), *Abordagens teóricas e construções metodológicas na pesquisa em educação* (1ª ed., pp. 161-179). EDUEPA.
- Oliveira, I. A. de, & Santos, T. R. L. dos. (2011). Educação inclusiva: reflexões sobre a política de formação de professores de uma rede municipal de ensino da Amazônia Paraense. In K. R. M. Caiado, D. M. de Jesus, & C. R. Baptista (Org.), *Professores e educação especial: formação em foco* (1ª ed., pp. 189-203). Mediação.
- Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf
- Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf
- Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>
- Rodrigues, D. S., & França, M. do P. S. G. de S. A. de. (2010). A pesquisa documental sócio-histórica. In M. I. Marcondes, E. Teixeira, & I. A. de Oliveira (Orgs.), *Metodologias e técnicas de pesquisa em educação* (1ª ed., pp. 55-74). EdUEPA.
- Saul, A. M. (2010). Currículo. In D. Streck, E. Redin, & J. J. Zitkoski (Orgs.), *Dicionário Paulo Freire* (2ª ed., p. 109-110). Autêntica.
- Szymanski, H., Almeida, L. R de, & Prandini, R. C. A. R. (2004). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Liber Livro.
- Universidade do Estado de Roraima. (2021). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. UERR. <https://www.uerr.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/1-projeto-pedagogico-do-curso-de-pedagogia-2021.pdf>
- Universidade do Estado de Tocantins. (2021). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*. UNITINS. <https://www.UNITINS.br/cms/Midia/Arquivos/638065267033528084.pdf>
- Universidade do Estado do Amapá. (2009). *Projeto Político-Pedagógico do Curso de licenciatura plena em Pedagogia*. UEAP. http://www.UEAP.edu.br/pagina/licenciatura_em_pedagogia_projeto_pedagogico_do_curso.html
- Universidade do Estado do Amazonas. (2021). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*. UEA. <https://cursos1.uea.edu.br/index.php?dest=info&curso=86>

- Universidade do Estado do Pará. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. UEPA. <https://paginas.UEPA.br/campusxix/index.php/ccse-lic-pedagogia/#:-:text=O%20Curso%20de%20Licenciatura%20Plena%20em%20Pedagogia%20destinase,processo%20educativo%20em%20espa%C3%A7os%20escolares%20e%20n%C3%A3o%20escolares>
- Universidade Federal de Rondônia. (2012). *Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia*. UNIR. https://pedagogiaead.unir.br/uploads/88888888/arquivos/SEI_UNIR%20%201231840%20%20Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Pedagogia%20EAD.pdf
- Universidade Federal de Roraima. (2009). *Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia*. UFRR. <https://antigo.ufr.br/proeg/arquivos/category/12-ppp?download=464:pedagogia>
- Universidade Federal de Tocantins. (2022). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. UFT. <https://www.uft.edu.br/campus/palmas/cursos/graduacao/pedagogia/projeto-pedagogico>
- Universidade Federal do Acre. (2009). *Projeto Pedagógico Curso de Licenciatura em Pedagogia: Magistério da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental*. UFAC. <http://www2.UFAC.br/direito/menu/projetopedagogico/PPCDireitoVerso2009RioBrancoAc.pdf>
- Universidade Federal do Amapá. (2009). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. UNIFAP. <https://www2.UNIFAP.br/pedagogia/projeto-do-curso-de-pedagogia/>
- Universidade Federal do Amazonas. (2018). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia*. UFAM. <https://faced.UFAM.edu.br/curso-de-pedagogia.html>
- Universidade Federal do Oeste do Pará. (2021). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. UFOPA. <https://www.UFOPA.edu.br/iced/graduacao-1/cursos/pedagogia/>
- Universidade Federal do Pará. (2010). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*. UFPA. <https://iced.ufpa.br/faed/faed-matriz-curricular-e-ementas>
- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. (2018). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. UNIFESSPA. <https://crca.UNIFESSPA.edu.br/artigos-internos/526%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o-e-ppc-pedagogia.html>
- Universidade Federal Rural da Amazônia. (2019). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. UFRA. <https://pedagogia.UFRA.edu.br/index.php?lang=pt>

Recebido em: 30/04/2024

Reformulado em: 13/06/2024

Aprovado em: 22/06/2024

